



RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

14 A 18 DE AGOSTO DE 2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados / *Pauta divulgada após o envio da agenda.*

Quarta-feira (16/8)

REQ 1589/2023 - Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno, urgência para votação do [PL 8889/2017](#), que “Dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências”.

Autores: André Figueiredo (PDT-CE) e outros

Resultado: [Aprovado](#).

PL 2725/2022 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961; a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; e a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.

Autor: Tabata Amaral PSB/SP

Relator: Professora Goreth - AP/PDT

Resultado: [Aprovado, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Educação. A Matéria vai ao Senado Federal \(2725-A/2022\).](#)

[Parecer](#): apresentação do PRLP n. 1 PLEN (Parecer Preliminar de Plenário)

[Segunda-feira \(14/8\)](#)

OUTROS EVENTOS

Lançamento de Frente – **Tema**: Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Fomento ao Empreendedorismo da Juventude.

Explicação: A frente tem a finalidade de contribuir na efetivação das políticas públicas e na legislação pertinente em defesa do fomento ao empreendedorismo da juventude visando a inclusão, subsistência e qualificação profissional dos jovens brasileiros.

Resultado: [Realizada](#).

[Terça-feira \(15/8\)](#)

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REQ 31/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para debater a Realidade da Indústria, Comércio e Serviços na Região Sudeste do Brasil.

Convidados;

- Governador do Rio de Janeiro;
- Governador do Espírito Santo;
- Governador de São Paulo;
- Governador de Minas Gerais;
- Unecs;
- Ministro do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços;

- Ministro da Fazenda;
- CNDL;
- CNC;
- Sebrae Nacional; e
- CNI.

Autor: Luis Carlos Gomes REP/RJ

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 32/2023 - Requer a realização de audiência pública para instruir o PL 2141/2023.

Explicação: o [PL 2141/2023](#) garante ao empregador o direito exclusivo de licença de exploração e assegurada ao empregado remuneração de metade do valor do proveito econômico auferido.

Convidados:

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Associação Brasileira da Propriedade Intelectual;
- Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras;
- Central Única dos Trabalhadores;
- Ministério Público do Trabalho.

Autor: Helder Salomão PT/ES

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 34/2023 - Requer que seja realizada audiência pública na Subcomissão Permanente de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas para debater as disposições do Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2023, que tratem de questões trabalhistas, as quais envolvem tanto o Direito do Trabalho como o Direito Processual do Trabalho.

Autor: Jorge Goetten PL/SC

Resultado: [Aprovado](#).

CEDIRDIG - COMISSÃO ESPECIAL SOBRE DIREITO DIGITAL

Reunião – Finalidade: Apresentação do Plano de Trabalho do relator, deputado Lafayette de Andrada (REP/MG).

Resultado: [Realizada](#).

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PLP 102/2021 - Dispõe sobre a adoção pelo Poder Executivo Federal de procedimentos periódicos de guilhotina de, a fim de simplificar a legislação, eliminar ambiguidades das normas regulamentadoras, reduzir a judicialização e aperfeiçoar o ambiente de negócio. 4

Explicação: entre outros, são objetivos da guilhotina regulatória: revogar ou modernizar os normativos infralegais obsoletos, desnecessários ou ineficientes; consolidar os normativos com mesma temática em novos normativos e revogar expressamente aqueles que não estiverem mais em vigor; simplificar novos normativos e eliminar ambiguidades nas normas geradas; aperfeiçoar os mecanismos de governança referentes à aprovação de novas normas infralegais utilizando, sempre que possível os instrumentos da consulta pública e da análise do impacto regulatório; promover a segurança jurídica; e, elaborar e submeter ao Congresso Nacional propostas de criação, alteração e revogação de normas legais existentes para a promoção e simplificação da consolidação das normas.

Autor: Hugo Leal PSD/RJ

Relator: José Medeiros - PL/MT

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício](#).

PL 4306/2020 - Altera a Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, para prever o direito da criança ou adolescente de pleitear a exclusão de informações pessoais de sites de pesquisa ou de notícias que possam causar-lhe constrangimentos ou danos psicológicos e dá outras providências.

Explicação: estipula pena de 2 a 4 anos por divulgação, em qualquer meio de comunicação, de dados de criança ou adolescente testemunhas ou vítimas de violências.

Autor: Lídice da Mata PSB/BA

Relator: deputado Luiz Couto - PT/PB

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do Projeto de Lei nº 529/2022, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda substitutiva.

Resultado: [Vista conjunta aos deputados Eli Borges \(PL/TO\) e Rosângela Moro \(UNIÃO/SP\)](#).

PL 1933/2015 - Altera o art. 67, caput, e acrescenta novo § 5º ao art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", com a finalidade de permitir novas fontes de crédito às empresas em recuperação judicial e falência.

Autor: Rogério Peninha Mendonça PMDB/SC

Relator: deputado Paulo Abi-ackel - PSDB/MG

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Resultado: Não deliberado.

PL 2411/2022 - Altera o art. 835 da Lei nº. 13.105, 16 de março de 2015, para possibilitar a penhora de bens intangíveis relacionados com o comércio eletrônico como o sítio ou domínio na rede mundial de computadores.

Explicação: visa explicitar a penhorabilidade de bens intangíveis como o domínio na Internet (website) e outros relacionados com o comércio eletrônico.

Autor: Rubens Pereira Júnior PT/MA

Relator: deputado Luiz Couto - PT/PB

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

CICS – COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Audiência Pública – Tema: Taxa de juros e impacto da inflação para as micro e pequenas empresas.

Resultado: Realizada.

CDE – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Audiência Pública – Tema: Sanções administrativas previstas para vazamento de dados pessoais.

Resultado: Realizada.

SUBMIPEQ/CICS - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

Reunião – Finalidade: Apresentação Plano de Trabalho.

Resultado: Realizada.

Quarta-feira (16/8)

CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL / Pauta divulgada após o envio da agenda.

PL 1477/2023 - Institui, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), o Subsistema de Monitoramento e Alerta Contra Atos Extremistas Violentos, e dá outras providências.

Autor: Alberto Fraga PL/DF

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança - PL/SP

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Vista conjunta aos deputados Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP) e Flávio Nogueira (PT/PI).

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PL 1428/2015 - Altera os arts.1º, 6º e 19, da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec; e dá outras providências

Explicação: entre outros, estabelece que os gastos com o Pronatec não podem sofrer contingenciamento, o investimento não pode ser inferior ao ano exercício anterior, não pode ser menos oferta, menos cursos e menos alternativas de formação profissional e tecnológica.

Autor: Carlos Sampaio PSDB/SP

Relator: Ricardo Ayres - REP/TO

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

PL 2497/2021 - Dispõe sobre a oferta de educação híbrida.

Explicação: institui que os sistemas de ensino poderão adotar, para a oferta do ensino médio, a educação híbrida, caracterizada por momentos presenciais e remotos com a utilização pedagógica e integração de várias tecnologias digitais.

Autor: Luisa Canziani PTB/PR

Relator: Ismael - PSD/SC

Parecer: pela aprovação deste, e do PL 3271/2021, apensado, com substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, por acordo.

PL 3339/2021 - Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências.

Explicação: A pedido da CNM, prorroga prazos relativos à critérios que orientam a aplicação dos recursos do FUNDEB.

Autor: Gastão Vieira PROS/MA

Relator: Prof. Reginaldo Veras - PV/DF

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

CCTI – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / CANCELADA

Audiência Pública – Tema: Computação Quântica no Brasil, seus desafios e perspectivas.

Resultado: Não realizada em razão do cancelamento da reunião.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / NÃO REALIZADA

REQ 21/2023 - Requeiro a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a tributação do comércio eletrônico transfronteiriço.

Convidados:

- Diretor Superintendente da ABIT;
- Presidente Executivo da Abicalçados;
- Diretor Executivo da Ápice; Presidente da UNECS;
- Presidente do IDV;
- Secretário da Receita Federal do Brasil;
- Presidente dos Correios.

Autor: Zé Neto PT/BA

Resultado: Não deliberada em razão da não realização da reunião.

PLP 164/2021 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Explicação: autoriza as MPEs em débito com o INSS a aderirem ao Simples Nacional.

Autor: Carlos Bezerra MDB/MT

Relator: Rodrigo Valadares - UNIÃO/SE

Parecer: pela aprovação.

Resultado: Não deliberada em razão da não realização da reunião.

PLP 138/2020 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que trata do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para incentivar a geração de emprego e renda.

Autor: Paula Belmonte CID/DF

Relator: deputado Vítor Lippi - PSDB/SP

Parecer: pela rejeição.

Resultado: Não deliberada em razão da não realização da reunião.

PL 1016/2023 - Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo referente à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar o prazo referente a acréscimo de alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação), nos termos que especifica.

Explicação: Prorroga a desoneração da folha para os atuais 17 setores até 31/12/2027.

Autor: Ricardo Ayres REP/TO

Relator: Any Ortiz - CID/RS

Parecer: pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 334/2023, apensado.

Resultado: Não deliberada em razão da não realização da reunião.

PL 119/2022 - Dispõe sobre normas gerais relativas à emissão de nota fiscal ou documento equivalente e trata de infrações da ordem econômica, alterando a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.

Explicação: entre outros, estabelece que a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros; determina que a emissão de nota fiscal, recibo ou documento equivalente, relativo à venda de mercadorias ou prestação de serviços, deverá especificar as quantidades e preços individualizados.

Autor: Vitor Hugo PSL/GO

Relator: Rodrigo Gambale - PODE/SP

Parecer: pela rejeição.

Resultado: Não deliberada em razão da não realização da reunião.

PL 554/2022 - Dispõe sobre a concessão de financiamento e de equalização de taxas de juros vinculados à exportação de bens nacionais de alto valor agregado - Proexalto, como também a criação do Fundo de Incentivo à Exportação de Bens de Alto Valor Agregado - Fiexalto, a criação dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de Exportação de Longo Prazo (Ficex-LP) e Fundos de Investimento em Derivativos de Crédito à Exportação de Longo Prazo (Fidex-LP), por instituições autorizadas pela CVM, e a constituição de Fundos de Investimento em Derivativos de Crédito à Exportação de Longo Prazo (Fidex-LP)

Explicação: propõe a criação do Proexalto com o objetivo de financiar empresas ligadas a cadeia de produção de bens de alto valor agregado direcionados à exportação.

Autor: Otto Alencar Filho PSD/BA

Relator: deputado Sidney Leite - PSD/AM

Parecer: pela aprovação deste, e rejeição da Emenda nº 1 apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Resultado: Não deliberada em razão da não realização da reunião.

PL 7875/2017 - Adiciona inciso ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a obsolescência programada.

Autor: Mariana Carvalho PSDB/RO

Relator: Any Ortiz - CID/RS

Parecer: pela aprovação deste, do PL 3019/2019, e do PL 1791/2021, apensados, com substitutivo.

Resultado: Não deliberada em razão da não realização da reunião.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQ 49/2023 - Requerimento de Convocação do Presidente do Banco Central baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal

Autor: Lindbergh Farias PT/RJ

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

PLP 145/2021 - Institui o Sistema Eletrônico de Apuração Fiscal – SEAF como formato oficial de apuração e recolhimento de tributos, e dá outras providências.

Explicação: prevê a unificação das bases das notas fiscais ao consumidor (dos estados) e de serviços (dos municípios) através da criação do SEAF. Sendo assim, a Receita Federal e os municípios teriam que criar um leiaute unificado de transmissão dos dados básicos das NFSe para uma base nacional, que permita o acesso por todos os fiscos.

Autor: Marcelo Ramos PL/AM

Relator: deputado Julio Lopes - PP/RJ

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito pela aprovação.

Resultado: Retirado de pauta, por acordo.

PDL 3/2022 - Susta os efeitos da solução de consulta nº 214 de 2021 da Receita Federal

Explicação: A Solução de Consulta esclarece que há incidência de IRPF na permuta de criptomoedas, exceto que o valor mensal das operações for menor do que R\$ 35 mil.

Autor: Kim Kataquiri DEM/SP

Relator: Chiquinho Brazão - UNIÃO/RJ

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito pela aprovação.

Resultado: Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

CFFC - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE / *Pauta divulgada após o envio da agenda.*

REQ 283/2023 - Solicita que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Rui Costa, Ministro da Casa Civil, para que preste esclarecimentos sobre o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Autor: Evair Vieira de Melo PP/ES

Resultado: Aprovado, transformado em convite.

REQ 288/2023 - Requer a criação de uma Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Item incluído após o envio da agenda.

Autor: Eduardo Bolsonaro PL/SP

Resultado: [Aprovado.](#)

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PL 21/2019 - Dispõe sobre a garantia ao consumidor da disponibilização de mecanismos de segurança alternativos aos sistemas biométricos para controle de transações

Explicação: estabelece que as instituições financeiras deverão disponibilizar as mesmas funcionalidades, operações e serviços disponíveis aos optantes dos sistemas biométricos àqueles que preferiram a utilização de outras ferramentas de segurança.

Autor: Weliton Prado PROS/MG

Relator: deputado Vinicius Carvalho - REP/SP

Parecer: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4132/2020, apensado.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício.](#)

PL 3172/2019 - Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados.

Explicação: serviços de natureza continuada são aqueles em que existe um contrato de prestação de serviço sem prazo final definido ou cujo prazo contratado ultrapasse 6 meses.

Autor: Carlos Henrique Gaguim DEM/TO

Relator: Gilson Daniel - PODE/ES

Parecer: pela aprovação deste e dos PLs 3335/2019, 4181/2019 e 6339/2019, apensados, com substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício.](#)

PL 4751/2019 - Dispõe sobre a reorganização dos serviços das empresas de serviço continuados e dá outras providências

Autor: Sebastião Oliveira PL/PE

Relator: deputado Aureo Ribeiro - SD/RJ

Parecer: pela aprovação do PL 4751/2019, das Emendas nºs 1/2019 e 2/2023 da CDC, com substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, por acordo.](#)

PL 494/2021 - Acrescenta o inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para vedar ao fornecedor de produtos ou serviços a adoção de ferramentas de precificação dinâmica.

Autor: Carlos Chiodini MDB/SC

Relator: deputado Celso Russomanno - REP/SP

Parecer: pela aprovação.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício.](#)

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

REQ 23/2023 - Requer a realização de seminário conjunto com as Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação, de Comunicação e de Educação, com o tema: Conectividade universal e significativa: o poder do digital transformando o Brasil".

Convidados:

- Luciana Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Juscelino Filho, Ministro de Estado das Comunicações;
- Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação;
- Luisa Canziani, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados;
- Amaro Neto, Presidente da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados;
- Moses Rodrigues, Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Sessão 1: Diagnóstico da conectividade no País: infraestrutura, velocidade e cobertura - 10:30 -13:00;

- Carlos Baigorri, Presidente da Anatel;
- Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do MCOM e presidente do Conselho Gestor do Fust;
- Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- TCU, para falar sobre o cumprimento das metas de conexão de escolas no edital do 5G.
- Fórum InovaCidades;
- Lucas Gallitto, GSMA, associação internacional de telefonia móvel.

Sessão 2: Parcerias e possibilidades para financiar infraestrutura e criar um ambiente pró-universalização - 14:30 – 16:00;

- João Brant, Secretário de Políticas Digitais da Presidência da República;
- Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);

- Renata Mielli, Coordenadora do Comitê Gestor da Internet;
- BNDES, agente financeiro dos recursos do Fust; Representante do Fórum InovaCidades;
- Body of European Regulators for Electronic Communications (BEREC);
- Morgan Doyle, do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID);
- Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Gerente de Universalização e Ampliação do Acesso da Anatel.

Sessão 3: Alfabetização digital: práticas, experiências e os desafios de ir além no uso das tecnologias na educação. 16:30 – 18:00;

Coordenadora Geral de Tecnologia e Inovação na Educação; Básica do Ministério da Educação, Ana Úngari Dal Fabbro;

- Ministério das Comunicações;
- Ângela Amim, Autora da Política Nacional de Educação Digital;
- Marcelo Alfaro, Especialista em Educação do BID;
- Fórum InovaCidades;
- Programa Letramento Digital em Londrin.

Autor: Luisa Canziani PSD/PR

Resultado: [Aprovado.](#)

PLP 213/2021 - Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, para esclarecer sobre a sua não incidência nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação executadas mediante convênio com Instituições científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs), bem como com instituições de pesquisa ou instituições de ensino superior mantidas pelo poder público.

Autor: Capitão Alberto Neto REP/AM

Relator: Lucas Ramos - PSB/PE

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Resultado: [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Finanças e Tributação \(CFT\).](#)

PL 5827/2019 - Altera a Lei nº 8.958, de 1994, para permitir a utilização dos recursos captados por instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica nas finalidades que especifica.

Explicação: autoriza IFES e ICTs a celebrar convênios e contratos, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

Autor: Sanderson PSL/RS

Relator: Fred Linhares - REP/DF

Parecer: pela aprovação.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício.](#)

PL 1006/2022 - Institui a Lei Geral das Atividades Espaciais e altera a Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994.

Explicação: a Lei dispõe sobre as atividades especiais vinculadas à defesa e à segurança nacionais e o uso de bandas de frequência e posição orbitais geoestacionárias.

Autor: Pedro Lucas Fernandes UNIÃO/MA

Relator: Cleber Verde - MDB/MA

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: [Aprovado, com substitutivo. A matéria segue para a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional \(CREDN\).](#)

PL 1458/2022 - Modifica a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática), estabelecendo prazo para que os bens de informática comercializados no País atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética.

Explicação: estabelece que as empresas fabricantes, importadoras ou distribuidoras de bens de informática e automação terão o prazo de um ano, contados da publicação desta lei, para adequar-se aos requisitos ambientais e de eficiência energética, estabelecidos pelo Poder Executivo em regulamento, mediante plano de gerenciamento de resíduos sólidos e de logística reversa.

Autor: Márcio Macêdo PT/SE

Relator: deputado Nilto Tatto - PT/SP

Parecer: pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com substitutivo.

Resultado: [Retirado de pauta, de ofício.](#)

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

REQ 45/2023 - Requer a realização de seminário conjunto com as Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação, de Comunicação e de Educação, com o tema: Conectividade universal e significativa: o poder do digital transformando o Brasil".

Convidados:

- Luciana Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Juscelino Filho, Ministro de Estado das Comunicações;
- Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação;
- Luisa Canziani, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados;
- Amaro Neto, Presidente da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados;
- Moses Rodrigues, Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Sessão 1: Diagnóstico da conectividade no País: infraestrutura, velocidade e cobertura - 10:30 -13:00;

- Carlos Baigorri, Presidente da Anatel;
- Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do MCOM e presidente do Conselho Gestor do Fust;
- Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- TCU, para falar sobre o cumprimento das metas de conexão de escolas no edital do 5G.
- Fórum InovaCidades;
- Lucas Gallitto, GSMA, associação internacional de telefonia móvel.

Sessão 2: Parcerias e possibilidades para financiar infraestrutura e criar um ambiente pró-universalização - 14:30 – 16:00;

- João Brant, Secretário de Políticas Digitais da Presidência da República;
- Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Renata Mielli, Coordenadora do Comitê Gestor da Internet;
- BNDES, agente financeiro dos recursos do Fust; Representante do Fórum InovaCidades;
- Body of European Regulators for Electronic Communications (BEREC);
- Morgan Doyle, do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID);
- Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Gerente de Universalização e Ampliação do Acesso da Anatel.

Sessão 3: Alfabetização digital: práticas, experiências e os desafios de ir além no uso das tecnologias na educação. 16:30 – 18:00;

Coordenadora Geral de Tecnologia e Inovação na Educação; Básica do Ministério da Educação, Ana Úngari Dal Fabbro;

- Ministério das Comunicações;
- Ângela Amim, Autora da Política Nacional de Educação Digital;
- Marcelo Alfaro, Especialista em Educação do BID;
- Fórum InovaCidades;
- Programa Letramento Digital em Londrin.

Autor: Amaro Neto REP/ES

[Resultado: Aprovado.](#)

PL 2076/2022 - Institui o Dia Nacional da Proteção de Dados.

Autor: Senado Federal - Eduardo Gomes PL/TO

Explicação: fica instituído o “Dia Nacional da Proteção de Dados”, a ser celebrado, anualmente, no dia 17 de agosto.

Relator: Fred Linhares - REP/DF

[Parecer:](#) pela aprovação.

[Resultado:](#) [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania \(CCJC\).](#)

PL 12/2015 - Dispõe sobre a utilização de sistemas de verificação biométrica e dá outras providências.

Autor: Lucas Vergilio SD/GO

Relator: deputado Félix Mendonça Júnior - PDT/BA

[Parecer:](#) pela aprovação deste, do PL 4612/2019, e do PL 4901/2019, apensados, com Substitutivo.

[Resultado:](#) [Retirado de pauta, por acordo.](#)

PL 3343/2020 - Dispõe sobre a responsabilidade de fornecedor de aplicativo de troca de mensagens quanto à segurança de acesso e a privacidade das informações intercambiadas por seus usuários.

Autor: Professora Dayane Pimentel PSL/BA

Relator: Mauricio Marcon - PODE/RS

[Parecer:](#) pela rejeição deste, e do PL 1177/2023, apensado.

[Resultado:](#) [Retirado de pauta, por acordo.](#)

PL 5261/2020 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre os jogos eletrônicos destinados a crianças e adolescentes.

Explicação: estabelece que jogos eletrônicos que coletam dados pessoais de seus usuários ficam proibidos de disponibilizar publicamente, por qualquer meio, informações que possibilitem a identificação de determinado usuário, tais como data de nascimento, nome completo e cidade de residência, quando esses dados se referirem a criança ou adolescente. Além de determinar que os usuários menores de 14 anos não poderão trocar mensagens com usuários de qualquer idade.

Autor: Carlos Chiodini MDB/SC

Relator: Fred Linhares - REP/DF

[Parecer:](#) pela aprovação deste, com Emenda.

[Resultado:](#) [Retirado de pauta, por acordo.](#)

PL 4357/2021 - Altera o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre transparência na remuneração de usuários por provedores de aplicações de internet.

Autor: Cássio Andrade PSB/PA

Explicação: determina que os provedores de aplicações de internet que remuneram seus usuários devem fazê-lo de maneira transparente, com explicações claras e compreensíveis do funcionamento de seus algoritmos de monetização, bem como devem fornecer estatísticas e expectativas reais de remuneração.

Relator: deputado Gervásio Maia - PSB/PB

Parecer: pela aprovação, com Substitutivo.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

GTALDIG – GRUPO DE TRABALHO SOBRE ALTERNATIVAS DIGITAIS DE TRIBUTAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO / CANCELADA

Audiência Pública – Tema: Digitalização no âmbito da administração tributária e a [PEC 45/19](#).

Resultado: Não realizada em razão do cancelamento da reunião.

Quinta-feira (17/08)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PL 1933/2015 - Altera o art. 67, caput, e acrescenta novo § 5º ao art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", com a finalidade de permitir novas fontes de crédito às empresas em recuperação judicial e falência. *Item incluído após o envio da agenda.*

Autor: Rogério Peninha Mendonça PMDB/SC

Relator: deputado Paulo Abi-ackel - PSDB/MG

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

Resultado: Não deliberado.

CDE – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Audiência Pública – Tema: Competências de regulação e os mercados digitais.

Resultado: Realizada.

Sexta-feira (18/8)

CTRAB – COMISSÃO DE TRABALHO

Seminário – Tema: Regulamentação das Relações de Trabalho.

Convidados:

Resultado: Realizado.

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO

Terça-feira (15/8)

PL 2796/2021 - Cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia.

Explicação: define jogo eletrônico (excluindo máquinas de azar, como caça-níqueis), regulamenta o uso dos videogames para aprendizado e para fins terapêuticos, bem como dispõe sobre o tratamento tributário dos videogames. Prevê ainda estímulo do Estado à formação de programadores e envolvimento de adolescentes com o desenvolvimento de videogames.

Autor: Deputado Federal Kim Kataguiri

Relator: Senador Irajá

Parecer: pendente

Resultado: Retirado de pauta, por acordo.

PDL 928/2021 - Aprova o texto do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, aprovado pela Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 37/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017.

Autor: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Resultado: **Aprovado**, na forma do [parecer](#) da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A matéria vai à promulgação.

REQ 722/2023 - Requer criação de Comissão Temporária Interna, para examinar os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas sobre Inteligência Artificial. *Item incluído após o envio da agenda.*

Autor: Rodrigo Pacheco - PSD-MG

Resultado: **Aprovado**.

Terça-feira (15/8)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Audiência Pública – Tema Audiência Pública do Ciclo de Debates Temáticos sobre a Reforma Tributária, para análise e discussão do texto da PEC 45-A aprovada na Câmara dos Deputados e seus impactos nos respectivos setores.

Resultado: **Realizada**.

REQ 104/2023 - Requer a inclusão do senhor Vander Morales para participar dos debates sobre Reforma Tributária a serem realizados na comissão de assuntos econômicos. *Item incluído após o envio da agenda.*

Convidado:

- Vander Morales - Presidente do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de mão de Obra e de Trabalho Temporário no Estado de São Paulo - Sindiprestem.

Autor: Senador Laércio Oliveira - PP/SE

Resultado: **Aprovado**.

REQ 105/2023 - Requer a inclusão de professores de direito tributário nas audiências públicas do GT reforma tributária da CAE. *Item incluído após o envio da agenda.*

Convidados:

- Doutor Gustavo Brigagão, Professor de Direito Tributário da FGV;
- Doutor Tácio Lacerda Gama, Professor de Direito Tributário da PUC-SP.

Autor: Senador Angelo Coronel - PSD/BA

Resultado: **Aprovado**.

REQ 106/2023 - Requer inclusão de convidados para a AP da Reforma Tributária *Item incluído após o envio da agenda.*

Convidados:

- Jader Rieffe Julianelli Afonso, ex-Secretário de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul;
- Vanessa Rahal Canado, Professora do Insper e ex-diretora do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

Autor: Senadora Tereza Cristina - PP/MS

Resultado: **Aprovado**.

REQ 107/2023 - Requer realização de audiência pública no Ciclo de Debates da CAE para debater a PEC nº 45-A, que trata da Reforma Tributária. *Item incluído após o envio da agenda.*

Convidados:

- Vander Francisco Costa, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes - CNC;
- Alfredo Cotait Neto, Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil - Cacb;
- Jurema Monteiro, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - Abear;
- Natália Marcassa, Presidente da MoveInfra.

Autor: Senador Efraim Filho - UNIÃO/PB

Resultado: **Aprovado**.

REQ 108/2023 - Requer realização de Audiência Pública na CAE para discutir a Reforma Tributária no Setor de Tecnologia. *Item incluído após o envio da agenda.*

Convidados:

- Paulo Milliet Roque, presidente da Abes;
- Eduardo Fumes Parajo, presidente do Conselho da Abranet;
- Affonso Nina, presidente da Brasscom;
- Christian Tadeu, presidente da Federação Assespro;
- Gerino Xavier, presidente da Fenainfo;
- Iomani Engelmann Gomes, presidente Acate;
- Marcelo Fett, Secretário de Ciência e Tecnologia de SC.

Autor: Senador Esperidião Amin - PP/SC

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 110/2023 - Requer o aditamento do requerimento 45/2023 para que seja incluído o tema educação nas discussões do GT/CAE da Reforma Tributária *Item incluído após o envio da agenda*.

Convidados:

- Associação Nacional das Universidades Particulares - Anup;
- Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa - Abreduc.

Autor: Senador Nelsinho Trad - PSD/MS

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 111/2023 - Requer a adição no nome do Senhor Iomani Engelmann Gomes, presidente da Associação Catarinense de Tecnologia (Acate), para participar, como expositor, da audiência pública aprovada pelo REQ nº 83/2023-CAE, que objetiva debater a Reforma Tributária (PEC nº 45/2019). *Item incluído após o envio da agenda*.

Autor: Senadora Damares Alves - REP/DF

Resultado: [Aprovado](#).

[Quarta-feira \(16/8\)](#)

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL

Audiência Pública – Tema: Comemorar os cinco anos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Resultado: [Realizada](#).

CTFC - COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR

Audiência Pública – Tema: Instruir o [PL 2914/2022](#), que “dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações”.

Resultado: [Realizada](#).

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS / CANCELADA

REQ 74/2023 - Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2023 - CAS sejam incluídos como convidados o Senhor Clayton da Silva Bezerra, Presidente do Instituto Federal Kids e Delegado da Polícia Federal e um representante do Ministério da Educação.

Explicação: inclui convidados ao REQ 9/2023, que objetiva realização de audiência pública, com o objetivo de debater o vício em tecnologia e redes sociais, seu agravamento e aumento de incidência e suas consequências.

Convidados:

- Clayton da Silva Bezerra, Presidente do Instituto Federal Kids e Delegado da Polícia Federal; e
- Ministério da Educação.

Autor: Senador Eduardo Girão - NOVO/CE

Resultado: [Não deliberado em razão do cancelamento da reunião](#).

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PLP 70/2023 - Impede a redução dos coeficientes de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios até a publicação dos resultados definitivos do próximo censo demográfico.

Autor: Senador Efraim Filho - UNIÃO/PB

Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO

Parecer: favorável ao Projeto.

Resultado: [Não deliberado](#).

Plano de Trabalho - PEC 45/2019 - Plano de Trabalho com cronograma de audiências para instruir a PEC 45 de 2019. *Item incluído após o envio da agenda*.

Autor: Senador Eduardo Braga - MDB/AM

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 15/2023 - Requer realização de audiência pública para debater a PEC 45/2019. *Item incluído após o envio da agenda*.

Autor: Senador Rogerio Marinho - PL/RN

Convidados:

- José Roberto Afonso, Economista e Professor do IDP – Instituto Brasileiro de Ensino;
- Everardo Maciel, Ex-Secretário da Receita Federal.

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 19/2023 - Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 196/2020, que “altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico”. Item incluído após o envio da agenda.

Autor: Senador Eduardo Gomes - PL/TO

Convidados:

- Ministério da Fazenda;
- Ministério da Saúde;
- Casa Civil da Presidência da República;
- Sílvia Karla Azevedo Vieira Andrade, Doutora e mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Londrina;
- Leonardo Militão Abrantes, Doutor em Filosofia do Estado, mestre em Administração Pública, advogado e professor universitário;
- Izaías Piagem, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Vale do Araguaia.

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 21/2023 - Requer inclusão de nomes para a audiência pública com o objetivo de instruir a PEC 45/2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional". Item incluído após o envio da agenda.

Autor: Senador Rogério Carvalho - PT/SE

Convidados:

- Marcello Baird, Coordenador de Advocacy da ACT Promoção da Saúde e representante da Reforma Tributária 3S;
- Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste.

Resultado: [Aprovado](#).

REQ 23/2023 - Requer inclusão de convidados no Plano de Trabalho da Reforma Tributária PEC 45/2019. Item incluído após o envio da agenda.

Autor: Senador Mauro Carvalho Junior - UNIÃO/MT

Convidados:

- Aprosoja;
- Famato;
- Abiove, e
- Governador de Mato Grosso, Mauro Mendes

Resultado: [Aprovado](#).

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA

Audiência Pública – Tema: Debater os impactos da Reforma Tributária no setor da Tecnologia da Informação.

CTIA - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Evento – **Finalidade:** Instalação da Comissão Temporária Interna para examinar os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Resultado: [Realizada. Eleitos, por aclamação, o Senador Carlos Viana, Presidente, e o Senador Astronauta Marcos Pontes, Vice-Presidente, da Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil.](#)